

Campanha de Vida Religiosa pela Justiça Climática

Transformando a Esperança em Ação

O ano de 2024, o mais quente já registrado globalmente, foi um marco importante na crise climática. Foi o primeiro ano civil em que a temperatura média global ultrapassou 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, um limite que o Acordo de Paris pretendia evitar. Os primeiros meses de 2025 acentuaram essa tendência. A urgência da crise do aquecimento global não pode ser exagerada. Estamos testemunhando impactos cada vez mais graves, afetando principalmente as pessoas de baixa e média renda, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos.

A Presidência da COP30 convida a comunidade internacional a se unir em um mutirão global contra as mudanças climáticas, em um esforço colaborativo entre os povos para o progresso da humanidade. A COP30 pode ser o ponto de inflexão na ação climática, guiada pelo princípio da justiça climática, afastando-se das tendências atuais que estão levando o mundo a um abismo.

Como membros e parceiros da Igreja Católica, as Ordens e Congregações Religiosas estão unidas a todas as pessoas de boa vontade que defendem um futuro justo para todos. Nossa voz coletiva tem peso, e instamos os delegados e governos da COP30 a:

1. **cancelar as dívidas dos países pobres**, pois dívidas injustas e impagáveis não devem comprometer os recursos para os esforços de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.
- 2) **Fortalecer o Fundo de Perdas e Danos (LDF)**, alocando recursos suficientes para lidar com os graves efeitos das mudanças climáticas.
3. **Estabelecer metas claras para uma transição energética justa que busque reduzir as emissões de CO₂**, levando em conta as responsabilidades do passado, respeitando os direitos humanos - especialmente os direitos indígenas -, valorizando e protegendo a natureza e priorizando os meios de subsistência sustentáveis em vez dos modelos voltados para o lucro.
4. **Estabelecer metas claras para desenvolver um sistema alimentar global baseado na soberania alimentar e em práticas agroecológicas**; um sistema que promova métodos culturalmente adaptados de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos.

O processo da COP é essencial para alcançar o progresso internacional na crise climática. O Papa Francisco afirma: "Trata-se de estabelecer regras globais e eficazes que possibilitem prever essa salvaguarda global" (Laudate Deum nº 42), e o Papa Leão XIV insiste: "Nossa missão de cuidar da criação, de promover a paz e a reconciliação, é a missão de Jesus, a missão que o Senhor nos confia. Ouvimos o clamor da terra e ouvimos o clamor dos pobres, porque essa súplica chegou ao coração de Deus. A nossa indignação é a sua indignação; o nosso trabalho é o seu trabalho". (Homilia, 9 de julho de 2025).

Atendamos a esses apelos e trabalhemos juntos para construir um mundo no qual todos tenham vida e a tenham em abundância (João 10:10).

Policy Brief

Julho de 2025

Introdução

Dez anos após o Acordo de Paris, com sua meta abrangente de limitar o aquecimento global a 1,5°C, encontramos-nos em uma situação precária em relação às mudanças climáticas, já que o aquecimento global está projetado para atingir 2,7°C até 2100, e uma nova onda de apatia está surgindo na liderança climática global. Seguindo a análise do Papa Francisco em sua encíclica histórica 'Laudato Si', enfrentamos "uma crise complexa que é tanto social quanto ambiental" (n. 139).

Nós, Ordens e Congregações religiosas da Igreja Católica, somos chamados a defender a Justiça Climática—especialmente para as comunidades mais vulneráveis do Sul Global—na importante 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que será realizada em Belém do Pará, Brasil, em novembro de 2025.

Dessa forma, e em resposta aos mecanismos em andamento dentro da UNFCCC, instamos os delegados e governos da COP30 a:

1. Cancelamento da dívida dos países pobres
2. Fortalecimento do fundo de perdas e danos
3. Definição de metas para uma transição energética justa para reduzir as emissões de CO2
4. Estabelecer objetivos claros para desenvolver um sistema alimentar global baseado na soberania alimentar e em práticas agroecológicas.

Este documento resume os principais objetivos e questões políticas relacionados a esses apelos à ação para a próxima COP30. Ele explica cada um deles, contextualiza-os dentro dos procedimentos da UNFCCC e fornece leituras sugeridas. Embora possa ser útil para as pessoas envolvidas nas delegações, esta publicação tem como objetivo principal informar um público mais amplo e estará disponível para o público. A segunda edição também inclui um relatório de progresso sobre as Reuniões Climáticas SB62 de Bonn, uma reunião preparatória para a COP30, que ocorreu de 16 a 26 de junho de 2025.

O que é COP30?

A 30ª sessão da Conferência das Partes ([COP30](#)) deverá dar um passo significativo na luta contra as mudanças climáticas em escala global. Como principal órgão de tomada de decisões da Convenção estabelecida pela [UNFCCC](#), a COP reúne os países anualmente para analisar e avançar na legislação e nas iniciativas internacionais sobre o clima. Essas reuniões tiveram início em 1995 e, a cada vez, foram desenvolvidas com base na [estrutura original da UNFCCC](#).

A COP30 será um momento crucial para ver o quanto o mundo avançou desde o [Acordo de Paris de 2015](#). Esse acordo é um tratado internacional juridicamente vinculativo, que estabelece uma meta global de manter o aquecimento global bem abaixo de 2 graus Celsius, idealmente [1,5 grau, em comparação com os tempos pré-industriais](#). Na COP30, as discussões serão cruciais para fortalecer os planos climáticos nacionais (chamados de Contribuições Nacionalmente Determinadas, ou NDCs). O fato de [ser realizada em Belém](#), bem no coração da Amazônia, acrescenta enorme importância, pois destaca a necessidade urgente de proteger os ecossistemas vitais e as comunidades que dependem deles.

Para muitas organizações da sociedade civil (OSC), a COP30 será uma oportunidade vital para compartilhar seus pontos de vista e pressionar por uma ação climática mais decisiva, garantindo que a voz de todos seja ouvida e que os governos cumpram seus compromissos com a UNFCCC e o Acordo de Paris.

SB62 Reuniões climáticas de Bonn: processo preparatório e resultados

[Realizado em Bonn de 16 a 26 de junho de 2025](#), o SB62 tinha como objetivo abordar questões pendentes na preparação para a COP30, mas não conseguiu estabelecer uma base clara:

- A insatisfação dos países em desenvolvimento com a Nova Meta Coletiva Quantificada (NCQG) sobre financiamento climático, adotada em novembro de 2024, continua sem resposta. Os países em desenvolvimento exigem um espaço específico para a prestação de contas sobre o Artigo 9.1, enquanto os países desenvolvidos resistem, enfatizando que os processos existentes são suficientes.
- Questões cruciais, como a integração de considerações sobre a dívida no financiamento climático, permaneceram sem solução, enquanto [a implementação do Fundo de Perdas e Danos foi paralisada](#) por desacordos sobre diretrizes e escalas de financiamento. Os países desenvolvidos resistiram a discutir o apoio financeiro público, e houve pouco progresso na distinção entre empréstimos e doações, uma questão crucial para os países vulneráveis às mudanças climáticas.
- Os esforços de transição energética [alcançaram um grande avanço](#) quando as prioridades da Just Transition ([Programa de Trabalho dos Emirados Árabes Unidos](#)) foram oficialmente apresentadas no processo climático da ONU, criando novos caminhos para a ação climática centrada nas pessoas. Os países em desenvolvimento defenderam abordagens mais direcionadas para o [Programa de Implementação de Tecnologia](#), destacando a importância de adaptar as soluções aos contextos locais.
- Também houve um progresso significativo na adaptação às mudanças climáticas, com um acordo [de compromisso muito disputado](#) sobre a Meta Global de Adaptação ([GGA](#)) no último dia da conferência. Os negociadores chegaram a um acordo sobre o desenvolvimento de indicadores para medir o progresso da adaptação, e o texto final inclui disposições para o financiamento da adaptação.
- Enquanto isso, o Sharm El-Sheikh Joint Work on Implementing Climate Action in Agriculture and Food Security ([SJWA](#)) realizou seus primeiros workshops, recebeu seu primeiro relatório de síntese anual e lançou um portal on-line para compartilhar as

melhores práticas em agricultura e sistemas alimentares. No entanto, a escassez financeira predominante fez com que o financiamento adequado para a transformação agroecológica não fosse garantido.

De modo geral, o SB62 obteve resultados mistos. Embora tenha havido algum progresso técnico nos indicadores de adaptação, não se chegou a um consenso significativo sobre mecanismos financeiros e de implementação cruciais. Esse resultado coloca uma pressão considerável sobre a COP30 para resolver as profundas divergências que continuam a dificultar as discussões climáticas de alto nível.

PRIMEIRA CHAMADA

Cancelamento da dívida dos países pobres

O que estamos pedindo e por quê?

O ano do Jubileu oferece uma oportunidade importante para defender o alívio da dívida por meio da [campanha "Transformando dívida em esperança"](#), liderada pela Caritas, que segue o apelo do Papa Francisco para o alívio da dívida e pede uma nova estrutura financeira da ONU. Nós nos unimos de todo o coração a esse apelo e à campanha como um desafio fundamental para a comunidade universal das nações. Apoiamos as propostas de cooperação entre credores e devedores para implementar reformas financeiras sistêmicas, cancelamento de dívidas e reestruturação de dívidas.

Situação atual

A atual crise da dívida tem raízes históricas e escopo global. O problema da dívida ameaça o desenvolvimento humano e impede o progresso porque os custos da dívida excedem os gastos essenciais. A dívida dos países de baixa e média renda é insustentável, ilegítima e injusta.

Há uma desigualdade de possibilidades e recursos entre os países para lidar com as catástrofes que estão aumentando devido à mudança climática. Os países com maior dívida externa, sem recursos, geralmente acabam contraindo mais dívidas para lidar com as consequências desses eventos climáticos. Mais de 3,3 bilhões de pessoas vivem em países onde os governos gastam mais com o pagamento de dívidas do que com serviços essenciais, como saúde e educação. A crise da dívida e as medidas de austeridade associadas afetam desproporcionalmente mulheres e meninas, comunidades indígenas e grupos minoritários, bem como a maioria das pessoas em países de baixa e média renda.

Os países endividados não devem ser forçados a escolher entre o pagamento de dívidas insustentáveis e o investimento em áreas essenciais, como educação, saúde ou ação climática.

O que se espera que a COP30 discuta

O cancelamento da dívida tem sido historicamente uma prioridade baixa nas conferências da UNFCCC, mas na última COP recebeu atenção significativa, com o [presidente nigeriano Bola Tinubu destacando sua importância](#). É fundamental abordar a ligação entre a estrutura financeira da ONU, o serviço da dívida para países de baixa e média renda e os custos de

mitigação e adaptação às mudanças climáticas, pois muitas nações endividadadas lutam para investir em ações climáticas. A integração das considerações sobre a dívida no NCQG foi discutida no SB62 em Bonn, mas não ganhou muita força.

Para a COP30, essas considerações sobre a dívida dentro do NCQG continuam sendo uma prioridade, com a defesa contínua do financiamento climático na forma de doações em vez de empréstimos, especialmente para a adaptação às mudanças climáticas e a reparação de perdas e danos causados por eventos climáticos. O objetivo [é consolidar uma estrutura da ONU que reconheça a ligação entre a vulnerabilidade climática e a dívida soberana](#), garantindo que o apoio financeiro não exacerbe os encargos. Espera-se que a finalização [do Roteiro de Baku a Belém na COP30](#) resolva as deficiências do NCQG, incluindo o financiamento crucial para perdas e danos e a participação significativa dos detentores de direitos.

Questões importantes a serem observadas

- ✓ Como os fatos éticos e históricos podem ajudar a reformular o debate sobre o NCQG e o NDC?
- ✓ Como integrar melhor os argumentos da dívida ecológica nos debates financeiros?
- ✓ Consideração das razões éticas e financeiras/práticas que enquadram e apoiam o cancelamento da dívida de países de baixa e média renda como uma contribuição positiva para o combate às mudanças climáticas.

SEGUNDA CHAMADA

Reforço do Fundo de Perdas e Danos

O que estamos pedindo e por quê?

Pedimos um Fundo de Perdas e Danos que leve em conta as evidências científicas e as necessidades reais dos países e regiões mais vulneráveis do mundo, garantindo que os fundos sejam suficientes, gerenciados e desembolsados de forma oportuna e transparente.

O patrimônio cultural (político, linguístico, religioso) também deve ser levado em consideração ao discutir perdas e danos. Os princípios de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" e "capacidade de pagamento" devem orientar esse processo.

Há um reconhecimento cada vez maior da ligação entre a vulnerabilidade climática e a dívida soberana, e há pedidos de mais instrumentos de financiamento sem dívidas. Portanto, o foco da COP30 deve ser o financiamento climático que não aumente a dívida nacional. Para atingir esse objetivo, o financiamento climático [deve priorizar doações em vez de empréstimos](#), especialmente para adaptação e para perdas e danos.

Situação atual

[As Contribuições Nacionalmente Determinadas \(NDCs\)](#) são os planos de ação climática nacional e as metas de redução de emissões que cada parte do Acordo de Paris informa à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O termo "[perdas e danos](#)", quando usado no contexto da ciência climática, refere-se às consequências das mudanças climáticas que vão além do que pode ser evitado com a redução das emissões e a adaptação aos seus impactos. Ele engloba aspectos econômicos, referindo-se a perdas financeiras tangíveis que podem ser quantificadas usando preços de mercado. O aspecto não econômico das perdas e danos ([NELD](#)) refere-se aos impactos negativos aos quais é difícil ou impossível atribuir um valor monetário. Esses impactos geralmente afetam aspectos como o bem-estar humano, o patrimônio cultural e os ecossistemas. Esse é um dos argumentos para aproximar essas discussões entre mudança climática e biodiversidade.

O [Fundo para Perdas e Danos \(LDF\)](#) foi criado para auxiliar os países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas, ajudando-os a responder a perdas e danos. Há uma ênfase crescente na [integração de perdas e danos nas NDCs](#) para capturar o escopo completo dos desafios e garantir o apoio financeiro adequado. Ao integrar perdas e danos às NDCs, os países podem articular a escala desses impactos e especificar o apoio financeiro necessário, o que é fundamental para o funcionamento eficaz do Fundo para Perdas e Danos.

A criação do Fundo de Perdas e Danos está em andamento desde a conferência da COP27. Uma das principais expectativas da COP30 é a [finalização do Roteiro de Baku a Belém](#), que abordará [as deficiências da Nova Meta Quantificada Coletiva](#) (NCQG) sobre Financiamento Climático, incluindo a integração crucial do financiamento de perdas e danos, bem como a necessidade de uma participação significativa dos detentores de direitos. O [NCQG](#) é um elemento fundamental do Acordo de Paris, projetado para estabelecer uma nova meta financeira para apoiar os países em desenvolvimento em suas ações climáticas pós-2025.

O que se espera que a COP30 discuta

Na próxima COP30, espera-se que as principais discussões avancem em áreas críticas que foram abordadas durante a SB62. Entre elas estão a revisão e a configuração do [Mecanismo Internacional Varsóvia](#) de Perdas e Danos associados aos Impactos das Mudanças Climáticas (WIM) após a revisão de 2024, que organiza grupos de especialistas para estudar questões como [eventos de início lento](#) e perdas não econômicas para países vulneráveis, ajudando a UNFCCC a aconselhar as nações afetadas. Espera-se que a COP30 avance significativamente e, com sorte, finalize a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos, resolvendo questões pendentes sobre sua [hospedagem e implementação](#). Espera-se que uma discussão central garanta que as perdas e danos sejam explicitamente considerados dentro da Nova Meta Quantificada Coletiva (NCQG) e explore a possibilidade de melhorar sua inclusão nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Além disso, o papel da [Rede de Santiago](#), uma subseção do WIM, no fornecimento de assistência técnica sobre perdas e danos será revisto e fortalecido.

Questões importantes a serem observadas

- ✓ Que mecanismos de apoio concreto o WIM e a Rede de Santiago devem oferecer?
- ✓ Qual é a melhor configuração do Fundo para Perdas e Danos para garantir que ele cumpra sua função adequadamente?
- ✓ Como o financiamento de perdas e danos será incluído nos NCQGs, garantindo que os subsídios sejam priorizados em relação aos empréstimos?
- ✓ As NDCs devem incluir avaliações de perdas e danos? Como o financiamento climático pode evitar que os países vulneráveis se endividem ainda mais?

TERCEIRA CHAMADA

Definição de metas para uma transição energética justa para reduzir as emissões de CO2

O que estamos pedindo e por quê?

O Acordo de Paris tem como objetivo manter o aquecimento global em 1,5°C. A geração de eletricidade e calor é o [maior contribuinte para os gases de efeito estufa](#), portanto, sua contribuição deve ser reduzida rapidamente. Para alcançar esse objetivo, é essencial que as economias globais eliminem rapidamente o uso de combustíveis fósseis, e uma etapa fundamental para isso é a [eliminação de todos os subsídios aos combustíveis fósseis](#). Esses subsídios distorcem os mercados, incentivam o uso contínuo de combustíveis fósseis e prejudicam a viabilidade econômica da energia renovável.

Mais da metade dos recursos minerais necessários para avançar na transição energética [está localizada em terras de povos indígenas e camponeses ou próxima a elas](#). Defendemos uma transição energética justa que equilibre a urgência das metas de descarbonização (energia limpa) com o respeito aos direitos das comunidades vulneráveis. Um componente fundamental da justiça nessa transição deve, portanto, ser o reconhecimento dos direitos das comunidades locais e regionais e, em especial, das necessidades e dos direitos das comunidades indígenas, das crianças e das mulheres, que geralmente são as mais afetadas e menos consideradas nas negociações. As leis e regulamentações para a mineração devem ser estabelecidas em nível internacional.

Situação atual

Considerando que as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) são planos de ação climática nacionais e metas de redução de emissões que cada parte do Acordo de Paris comunica à UNFCCC, [a COP30 é uma oportunidade fundamental](#) para desenvolver metas claras e ambiciosas para uma transição justa para uma energia mais limpa que reduza significativamente as emissões de CO2, com base no trabalho de base estabelecido na SB62.

O Acordo de Paris estabelece uma meta geral de temperatura, mas não afirma claramente que devemos parar de produzir combustíveis fósseis. Precisamos de metas claras e com prazos definidos para eliminar gradualmente o uso de carvão, petróleo e gás. [As ONGs sindicais \(TUNGOs\)](#) devem ser levadas em consideração, pois temem perder seus empregos em meio aos processos de transição. Os países desenvolvidos devem liderar o caminho, eliminando gradualmente [os combustíveis fósseis até 2040, e os países em desenvolvimento até 2050](#).

A COP30 é o prazo final para que os países nos apresentem suas NDCs, [que traduzem metas de longo prazo em ações concretas de curto prazo em relação aos combustíveis fósseis](#). Uma parte essencial desse processo é a definição de metas para acabar com os subsídios aos combustíveis fósseis, o que pode, em última análise, liberar [dinheiro para uma transição realmente justa e rápida](#).

O que se espera que a COP30 discuta

Com base nas discussões do SB62, a discussão se concentrará na avaliação e no incentivo a NDCs mais ambiciosas e na revitalização [do Programa de Trabalho dos Emirados Árabes Unidos, iniciado na COP28](#). O objetivo desse Programa de Trabalho é ir além do compartilhamento de conhecimento para ações concretas, e a COP30 será o fórum para a adoção de recomendações e mecanismos de implementação, com base nas considerações do SB62.

Questões importantes a serem observadas

- ✓ Como o Programa de Trabalho dos Emirados Árabes Unidos pode passar efetivamente do compartilhamento de conhecimento para a ação concreta na COP30, com mecanismos precisos para apoiar as transições nacionais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, com base nas recomendações do SB62?
- ✓ Que orientação específica a COP30 pode fornecer para garantir que as NDCs incluam planos de transição justos e abrangentes com metas mensuráveis e processos inclusivos de engajamento das partes interessadas?
- ✓ Que plano de ação robusto a COP30 pode desenvolver para a eliminação rápida e completa dos subsídios aos combustíveis fósseis, incluindo uma contabilidade transparente de como esses fundos serão redirecionados para apoiar comunidades vulneráveis e o desenvolvimento de energia limpa?

QUARTA CHAMADA

Definição de objetivos claros para o desenvolvimento de um sistema alimentar global com base na soberania alimentar e em práticas agroecológicas

O que estamos pedindo e por quê?

Pedimos a transformação dos sistemas alimentares globais com base nos princípios de soberania alimentar e práticas agroecológicas, incluindo a proteção de sementes indígenas e práticas tradicionais. Essa transformação pode ser apoiada no âmbito da UNFCCC por meio da definição de prioridades políticas, do direcionamento do financiamento climático e do compartilhamento de práticas recomendadas para a segurança alimentar e a nutrição. [A soberania alimentar](#) e [a agroecologia](#) ajudariam a criar sistemas alimentares diversificados e resistentes ao clima, ao mesmo tempo em que incluiriam requisitos de justiça social que respeitassem os direitos humanos e a autodeterminação das comunidades marginalizadas.

Situação atual

Estima-se que os sistemas alimentares contribuam com cerca de [um terço](#) das emissões de gases de efeito estufa, enquanto o suprimento de alimentos para cerca de [metade](#) da população mundial estará em risco de sofrer perturbações climáticas até 2050. [Os pequenos e médios agricultores](#), cuja força de trabalho é composta por 43% de mulheres, produzem de 50% a 70% dos alimentos consumidos pela população mundial, usando apenas 25% a 30% das terras agrícolas, 30% dos recursos hídricos e 20% do consumo de combustíveis fósseis dedicados à agricultura. Essa realidade enfatiza a necessidade urgente de uma transição para sistemas

alimentares locais biodiversos e de transferi-los das margens para o centro das discussões sobre financiamento climático.

As NDCs reconhecem cada vez mais o potencial dos sistemas alimentares baseados na agroecologia para melhorar a resistência às mudanças climáticas. Entretanto, ainda há uma grande necessidade de [integrar os princípios da agroecologia](#) às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e aos Planos Nacionais de Adaptação (NAPs). As atuais NDCs [subestimam](#) o custo da transformação dos sistemas alimentares em aproximadamente US\$ 900 bilhões, mais de quatro vezes os US\$ 201,5 bilhões solicitados atualmente, distorcendo o debate mais amplo sobre o financiamento climático.

Com base no Trabalho Conjunto de Koronivia sobre Agricultura, o Trabalho Conjunto de Sharm El-Sheikh sobre a Implementação da Ação Climática na Agricultura e Segurança Alimentar ([SJWA](#)), estabelecido na COP27, visa operacionalizar a ação climática na agricultura. É um fórum importante para discussões de políticas sobre alimentos e agricultura no âmbito da UNFCCC e desempenha um papel na formação dos planos nacionais das Partes (NDCs e NAPs) e nas ações de outros órgãos da UNFCCC, incluindo os mecanismos financeiros.

No SB62, o SJWA realizou seu primeiro [workshop](#) em sessão, que explorou o tema "abordagens sistêmicas e holísticas para a implementação de ações climáticas na agricultura, sistemas alimentares (isso não exclui outras abordagens) e segurança alimentar, compreensão, cooperação e integração em planos". A promoção de abordagens holísticas e o enquadramento dos sistemas alimentares foram promissores, assim como as intervenções dos palestrantes da sociedade civil e do presidente do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (o órgão mais alto e mais inclusivo da governança alimentar global). Entretanto, as discussões sobre soberania alimentar e agroecologia não foram muito favoráveis.

O que se espera que a COP30 discuta

A COP30 se concentrará no [fortalecimento das NDCs defendendo a incorporação de medidas específicas](#) relacionadas ao projeto e à ampliação de sistemas alimentares sustentáveis, incluindo a promoção de práticas agroecológicas e cadeias curtas de suprimento. [As negociações do NCQG na COP30 representam uma oportunidade crucial](#) para aumentar significativamente o financiamento para a transformação dos sistemas alimentares, garantindo que o financiamento para sistemas alimentares sustentáveis e resilientes se torne uma prioridade climática.

A versão preliminar das conclusões do primeiro workshop do SJWA, realizado em junho, será negociada no SB63 em novembro de 2025. A linguagem usada para resumir o conteúdo do workshop terá um papel importante na determinação de quais pontos e perspectivas do workshop serão ampliados na política climática. As contribuições para o portal on-line serão resumidas em um relatório de síntese anual preparado pelo Secretariado da UNFCCC, que deverá ser entregue até 31 de dezembro. É provável que o financiamento da transformação dos sistemas alimentares seja um tópico importante e controverso.

Questões importantes a serem observadas

- ✓ Como podem ser estabelecidos mecanismos concretos no NCQG para garantir maior financiamento para sistemas alimentares locais ou regionais sustentáveis?

- ✓ Como fortalecer e ampliar o escopo do trabalho conjunto de Sharm El-Sheikh
- ✓ Como a COP30 pode promover sistemas agrícolas que conservem e aprimorem a matriz natural?
- ✓ Que medidas concretas a COP30 tomará para garantir a participação ativa de pequenos agricultores, povos indígenas, mulheres e outros grupos marginalizados no desenvolvimento de políticas para um sistema global de soberania alimentar sustentável?

LEITURA ADICIONAL

Dívida

[Debt Justice Position Paper, Caritas Europa](#)

[Weathering the Storm, Caritas Australia](#)

[Blueprints for a Greener Tomorrow: A Conversation With Prime Minister Mia Mottley of Barbados, Council on Foreign Relations](#)

[Healthy Debt on a Healthy Planet, Expert Review on Debt, Nature and Climate](#)

Loss and Damage

[Human Rights and Loss and Damage: Key Messages for the UNFCCC in 2025, The Loss and Damage Collaboration](#)

[Cross-border, cascading climate risks and the LDC Group: Catalysing management options within the UNFCCC, Adaptation Without Borders](#)

[What to expect for the Fund for responding to Loss and Damage in 2025, Heinrich Boll Stiftung](#)

Transição Energética Justa

[Resisting the Empire of Fossil Fuels: A Strategy For COP30 in Lula's Brazil, Groupe d'études géopolitiques](#)

[NDC Checklist for Just Energy Transition, WWF](#)

[Mutually Reinforcing: How a Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty Complements the Paris Agreement and UNFCCC, Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty Initiative](#)

[Rebooting the Just Transition for the Long Haul, Just Transition Finance Lab](#)

Sistemas alimentares, soberania e agroecologia

[Public Climate Finance for Food Systems Transformation \(2024\), Global Alliance for the Future of Food](#)

[Integrating Deforestation and Conversion-Free Supply Chains into NBSAPs, WWF](#)

[Increasing Ambition in NDCs through Agriculture and Food Systems Innovation, United Nations Foundation](#)

[A Toolkit for National Action on Climate, Biodiversity, and Water in Agriculture and Food Systems, Climate Focus](#)

[Global Public Investment. A Climate Finance Solution for West Africa, CERAP](#)

[Developing and promoting agroecological innovations within country program strategies to address agroecosystem resilience in production landscapes: a guide, COMDEKS](#)

[A New Strategy for Transforming Food and Land Use Systems, FOLU](#)

[Agrifood Systems in Nationally Determined Contributions: Global Analysis. FAO](#)

[Integration of Agroecology in Nationally Determined Contributions \(NDCs\) and National Adaptation Plans \(NAPs\) in Africa, AFSA](#)
[The Triple Gap in Finance for Agrifood Systems, CPI](#)
[Mainstreaming Agroecology Principles for Food Governance, Food Forward NDCs](#)

SB62 Summary Reports

[Summary Report 16–26 June \(2025\), Earth Negotiations Bulletin](#)
[Key outcomes from the June UN climate conference \(2025\), Carbon Brief](#)
[What happened on Loss and Damage at the June Climate Meetings \(2025\), Loss and Damage Collaboration](#)